



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACTA N.º 100/X/4.^a

Aos vinte e três dias do mês de Junho do ano dois mil e nove reuniu, pelas doze horas, na sala oito, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

12H00

Reunião com uma delegação parlamentar da Sérvia.

15H00

1. Apreciação e votação da Acta n.º 99;
2. Apreciação do Parecer relativo à **Proposta de Lei n.º 282/X (GOV)** - Aprova o regime processual aplicável às contra-ordenações laborais e de Segurança Social - Deputado autor do parecer: Adão Silva (PSD);
3. Apreciação do Parecer relativo à **Proposta de Lei n.º 283/X (GOV)** - Estabelece o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho - Deputado autor do parecer: Arménio Santos (PSD);
4. Apreciação do Parecer relativo à **Proposta de Lei n.º 284/X (GOV)** - Autoriza o Governo a alterar o Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de Novembro - Deputada autora do parecer: Teresa Morais Sarmiento (PS);
5. Apreciação do Parecer relativo à **Proposta de Lei n.º 285/X (GOV)** - Aprova a Regulamentação do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro - Deputado autor do parecer: Pedro Quartin Graça (PSD);
6. Apreciação do Parecer relativo ao **Projecto de Lei n.º 755/X (PCP)** - Altera o mecanismo da redução de actividade e suspensão do contrato de trabalho - Lay off - reforçando os direitos dos trabalhadores - Deputado autor do parecer: Costa Amorim (PS);
7. Apreciação do Parecer relativo ao **Projecto de Lei n.º 780/X (PS)** - Estabelece o regime jurídico do trabalho no domicílio - Deputado autor do parecer: Miguel Santos (PSD);
8. Apreciação do Parecer relativo ao **Projecto de Lei n.º 781/X (PS)** - Conselhos de Empresa Europeus - Deputado autor do parecer: Pedro Mota Soares (CDS-PP);



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

9. Apreciação do Parecer relativo ao **Projecto de Lei n.º 786/X (PS)** - Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do artigo 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro - Deputado autor do parecer: Miguel Santos (PSD);
10. Audições no âmbito da apreciação na especialidade da **Proposta de Lei n.º 270/X (GOV)** - Aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social:
 - **FERVE - Fartos(as) d'Estes Recibos Verdes;**
 - **CNA (Confederação Nacional da Agricultura);**
 - **Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca.**

NOTA: Distribuição das seguintes iniciativas:

- **Projecto de Lei n.º 814/X (PCP)** – Revoga as regras que conduzem à caducidade dos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho;
- **Projecto de Lei n.º 815/X (PCP)** – Elimina os mecanismos de aumento do horário de trabalho no RCTFP;
- **Projecto de Lei n.º 816/X (PCP)** – Elimina os mecanismos de aumento do horário de trabalho;
- **Projecto de Lei n.º 817/X (PCP)** – Revoga as regras da caducidade das convenções colectivas de trabalho;
- **Projecto de Lei n.º 819/X (PCP)** – Altera o regime da comissão de serviço;
- **Projecto de Lei n.º 820/X (PCP)** – Combate a precariedade na Administração Pública e garante aos trabalhadores o vínculo público de emprego;
- **Projecto de Lei n.º 821/X (PCP)** – Garante o vínculo de nomeação aos trabalhadores da Administração Pública;
- **Projecto de Lei n.º 822/X (PCP)** – Reforça a protecção dos trabalhadores na contratação a termo;
- **Projecto de Lei n.º 823/X (PEV)** – Altera a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas).

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alberto Arons de Carvalho (PS), iniciou a reunião cumprimentando a delegação parlamentar da Sérvia, que se fez acompanhar pelo respectivo Embaixador em Portugal, e cuja composição, dada a sua extensão, consta em anexo.

De seguida, a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) abordou questões referentes ao combate à pobreza, tendo feito referência, designadamente, ao grupo de políticas introduzidas pelo actual Governo com vista à inclusão social dos idosos, das crianças, dos desempregados e também dos empregados com baixos rendimentos. Por seu lado, o Senhor Deputado Adão Silva (PSD) assinalou que, em Portugal, há cerca de dois milhões de pessoas em risco de pobreza num universo total de 10 milhões. Quanto às cerca de 4000 instituições particulares de solidariedade social, prosseguiu dizendo que contam com



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

cerca de 250 000 trabalhadores e apoiam perto de 2 milhões de pessoas (idosos, crianças e deficientes), sendo apoiadas pelo Estado através de acordos financeiros. Opinou que os instrumentos de combate à pobreza ainda não são suficientes e que o país tem de fazer um esforço muito grande, parecendo-lhe essencial que o Estado torne mais eficientes os instrumentos de redistribuição de riqueza e conceda mais apoios às instituições particulares de solidariedade social.

No final, após uma troca de presentes, o Senhor Presidente congratulou-se com a forma como aquele encontro tinha decorrido e com a troca de experiências que proporcionou, interrompendo a reunião pelas treze horas e quinze minutos.

A reunião foi então retomada pelas quinze horas e quinze minutos na sala quatro.

A solicitação da Senhora Deputada autora do parecer, o Senhor Presidente pôs à consideração da Comissão que a reunião tivesse início pelo ponto quatro da Ordem de Trabalhos: apreciação do parecer relativo à Proposta de Lei n.º 284/X (GOV), que autoriza o Governo a alterar o Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de Novembro. Tendo a sugestão sido aceite por consenso, a Senhora Deputada Teresa Moraes Sarmento (PS) apresentou de forma sucinta o respectivo Parecer. De seguida, foram submetidas à votação, nos termos regimentais, as partes I (considerandos) e III (conclusões) do referido parecer, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

Retomando o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente pôs à votação a Acta n.º 99, que foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

No ponto seguinte, o Senhor Deputado Miguel Santos (PSD) apresentou o Parecer relativo à Proposta de Lei n.º 282/X (GOV) – Aprova o regime processual aplicável às contra-ordenações laborais e de segurança social, após o que foram submetidas à votação as partes I (considerandos) e III (conclusões) do referido parecer, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

No terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Deputado Arménio Santos (PSD) apresentou de forma resumida o Parecer relativo à Proposta de Lei n.º 283/X (GOV) – Estabelece o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho. Concluiu



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

referindo que o Grupo Parlamentar do PSD, a respeito daquela iniciativa legislativa, propõe a audição em sede de comissão, para além dos parceiros sociais, da Ordem dos Médicos, da Ordem dos Enfermeiros e da Associação Nacional de Técnicos de Segurança e Higiene no Trabalho. De seguida, foram submetidas à votação as partes I (considerandos) e III (conclusões) do referido parecer, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

No quinto ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Deputado Adão Silva (PSD) apresentou o Parecer relativo à Proposta de Lei n.º 285/X (GOV) – Aprova a regulamentação do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, após o que foram submetidas à votação as partes I (considerandos) e III (conclusões) do referido parecer, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

No sexto ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Deputado Costa Amorim (PS) apresentou o Parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 755/X (PCP) – Altera o mecanismo da redução de actividade e suspensão do contrato de trabalho – Lay-off -, reforçando os direitos dos trabalhadores, após o que foram submetidas à votação as partes I (considerandos) e III (conclusões) do referido parecer, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, do CDS-PP e do BE.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) pediu então a palavra para pôr à consideração uma questão relativa ao Parecer do Projecto de Lei n.º 781/X (PS) – Conselhos de Empresa Europeus, do qual é autor, comum aos Projectos de Lei n.ºs 780/X (PS) – Estabelece o regime jurídico do trabalho no domicílio e 786/X (PS) – Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do artigo 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro.

Concedida a palavra pelo Senhor Presidente, argumentou o Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) que o Projecto de Lei n.º 781/X (PS) não está em condições de subir a Plenário por ainda não ter decorrido o prazo de discussão pública, questão que referenciará em Plenário, caso não se proceda ao respectivo desagendamento.

O Senhor Deputado Miguel Santos (PSD) corroborou o entendimento do Deputado Pedro Mota Soares quanto aos Projectos de Lei n.ºs 780/X (PS) e 786/X (PS), dos quais foi



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

designado autor dos pareceres e opinou que, a não ser assim, poderia questionar-se para que serve e qual a utilidade da discussão pública.

O Senhor Presidente lembrou que, em casos semelhantes, tem sido acautelado que a votação, na generalidade, tenha lugar sempre depois de decorrido o prazo de discussão pública.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) disse partilhar das preocupações formais evidenciadas pelos Deputados que intervieram e secundou a informação prestada pelo Senhor Presidente no sentido de que a votação, na generalidade, em situações similares ocorre depois de esgotado o prazo da discussão pública.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) interveio para dizer que, em sede de conferência de líderes, pressupõe-se que, quando os agendamentos são propostos, as iniciativas legislativas estejam em condições de subir a Plenário.

Também a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) considerou que, detectado o problema, mal ficaria a Comissão se não chamasse a atenção para o facto.

O Senhor Deputado Miguel Santos (PSD) propôs então que o Presidente da Comissão diligenciasse junto do Presidente da Assembleia da República alertando-o para o facto de ainda não ter decorrido o prazo de discussão pública relativamente aos três projectos de lei cuja discussão na generalidade está agendada para o dia 25 de Junho e tentasse perceber se é viável ou não o seu reagendamento para nova data.

A Comissão considerou razoável a proposta apresentada pelo Deputado Miguel Santos e o Senhor Presidente esclareceu que cumprirá o que a Comissão deliberou, propondo então o adiamento dos pontos sete, oito e nove da Ordem de Trabalhos e a marcação de nova reunião para as catorze horas de dia 25 de Junho para apreciação e votação dos pareceres agora adiados, caso a conferência de líderes marcada para as nove horas desse dia não decida proceder a um novo agendamento dos três projectos de lei supra referenciados.

Antes de passar ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente chamou a atenção para as iniciativas legislativas que baixaram à Comissão, lembrando que, na sequência de informação já prestada relativa a deliberação do Senhor Presidente da



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Assembleia da República não carecem as mesmas de elaboração de Nota Técnica nem de parecer, a não ser que venham a ser agendadas para Plenário. Por outro lado, propôs o dia 3 de Julho como data limite para a entrega de propostas de alteração à Proposta de Lei n.º 270/X (GOV) e o dia 7 de Julho para início da respectiva discussão e votação na especialidade, o que foi aceite por consenso.

Também o Senhor Deputado Miguel Santos (PSD) pediu a palavra para pôr à consideração da Comissão a realização da audição obrigatória de peticionários na próxima reunião da Comissão, dia 30 de Junho, relativa à Petição n.º 581/X, da iniciativa da Comissão Nacional de Trabalhadores da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o consumo e Outros, que solicitam que a Assembleia da República promova o debate necessário sobre os vínculos, carreiras e remunerações dos trabalhadores da DGAIEC, o que foi aceite por consenso.

No ponto dez da Ordem de Trabalhos, como o Senhor Presidente da Comissão teve de se ausentar e não estando presente nenhum Vice-Presidente, assumiu a presidência o Senhor Deputado Adão Silva (PSD), que iniciou a audição dos FERVE - Fartos(as) d'Estes Recibos Verdes, que se fizeram representar pelas Sras. Cristina Andrade e Luísa Moreira, no âmbito da apreciação na generalidade da Proposta de Lei n.º 270/X, que aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, agradecendo a sua presença. Esta audição foi gravada em suporte áudio, encontrando-se disponível na página da internet da 11ª Comissão, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

A Sra. Cristina Andrade começou por agradecer o convite para se pronunciarem sobre a Proposta de Lei n.º 270/X e começou por fazer uma breve análise com base nos objectivos traçados pelo Governo na exposição de motivos e, de seguida, apresentou um conjunto de propostas muito concretas relativas à iniciativa legislativa em causa. Após esta intervenção, teve lugar um período de pedidos de esclarecimentos, no qual usaram da palavra os Senhores Deputados Maria José Gamboa (PS), Mariana Aiveca (BE) e João Oliveira (PCP).

Antes da conclusão da audição, a Sra. Cristina Andrade fez ainda uns comentários finais sobre as intervenções dos Senhores Deputados e comprometeu-se a enviar o contributo



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

dos FERVE por e-mail. O Senhor Deputado Adão Silva (PSD) encerrou então a audição renovando os agradecimentos pela presença e contributos dos FERVE.

De seguida, iniciou-se a audição seguinte, no âmbito da apreciação na generalidade da Proposta de Lei n.º 270/X, que aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e o Sr. Deputado Adão Silva (PSD) começou por agradecer a presença dos Srs. João Diniz e Roberto Miléo, na qualidade de representantes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Sendo a presente audição gravada em suporte áudio e, nesta medida, estando disponível na página da internet da 11ª Comissão, dispensa-se o seu desenvolvimento nesta sede.

A Confederação teceu diversas considerações sobre alguns dos pontos da iniciativa legislativa em apreço, primeiro através do Sr. João Diniz e, depois, através do Sr. Roberto Miléo, dando especial ênfase às matérias relacionadas com os agricultores.

De seguida, iniciou-se uma ronda de pedidos de esclarecimentos, tendo usado da palavra os Senhores Deputados Maria José Gamboa (PS), Agostinho Lopes (PCP) e Miguel Queiroz (PSD). Os representantes da CNA aproveitaram para prestar os devidos esclarecimentos.

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Deputado Adão Silva (PSD) deu por concluída a audição, agradecendo a presença da CNA.

De seguida, o Senhor Presidente da Comissão reassumiu a presidência da reunião e deu início à última audição da tarde, dando as boas-vindas à delegação da Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca, que se fez representar pelos Senhores Frederico Pereira, António José Macedo e Joaquim Piló. Esta audição também foi gravada em suporte áudio, encontrando-se disponível na página da internet da 11ª Comissão, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Ao contrário do habitual e por solicitação dos representantes da Federação, tomaram primeiro a palavra os Senhores Deputados Maria José Gamboa (PS), Agostinho Lopes (PCP) e Miguel Queiroz (PSD). Em resposta, intervieram, pela Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca, os Senhores Frederico Pereira, António José Macedo e Joaquim Piló.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

De seguida, os Senhores Deputados Miguel Queiroz (PSD), Agostinho Lopes (PCP) e Maria José Gamboa (PS) tomaram de novo a palavra para solicitar novos esclarecimentos face às intervenções efectuadas pelos representantes da Federação. Numa última intervenção, o Sr. Frederico Pereira sintetizou as posições da Federação em relação à iniciativa legislativa em apreço, tendo havido ainda uma última intervenção do Senhor António José Macedo.

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Comissão deu por concluída a audição, agradecendo a presença das representantes da Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião às dezanove horas e trinta minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 7 de Julho de 2009.

O PRESIDENTE,

Alberto Arons de Carvalho



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Alberto Arons de Carvalho
Arménio Santos
Costa Amorim
Custódia Fernandes
Esmeralda Salero Ramires
Isabel Coutinho
Maria Cidália Faustino
Maria José Gamboa
Mariana Aiveca
Miguel Laranjeiro
Miguel Queiroz
Miguel Santos
Pedro Mota Soares
Pedro Quartin Graça
Maria de Lurdes Ruivo
Teresa Moraes Sarmento

Faltou o seguinte Senhor Deputado:

Jorge Strecht

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Helena Oliveira
Isabel Santos
Jorge Machado